

A IMPLEMENTAÇÃO DO CIGERD E OS DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DE UMA GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS DE DESASTRES EM SANTA CATARINA

The implementation of CiGERD and the challenges for strengthening an integrated disaster risk management in Santa Catarina

Tiago Javurek Nunes

Especialista em Tecnologia da Informação e Comunicação aplicadas à Segurança Pública e Direitos Humanos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC).

E-mail javurek@hotmail.com

Fabiano de Souza

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC).

RESUMO

Este artigo apresenta a origem, funcionamento, potencialidades e protocolos do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD) e trata dos desafios presentes ao fortalecimento de uma gestão integrada. Desenvolvido através de consultas bibliográficas, documentais, publicações, entrevistas e observações, o trabalho contribui para percepção da importância da continuidade dos processos de trabalho e da capacitação de agentes públicos e da comunidade, como ferramentas cruciais para o fortalecimento da gestão. Embora o cenário seja desafiador, por consequência da necessidade de convencimento dos atores envolvidos, recursos humanos, financeiros, tecnológicos, inclusive, devido ao enfrentamento a pandemia, a apresentação do tema contribuirá para o estudo de futuras propostas voltadas para resolução dos desafios identificados.

Palavras-chave: CIGERD; Gestão Integrada de Riscos de Desastres; Defesa Civil de Santa Catarina.

ABSTRACT

This article presents the origin, functioning, potential and protocols of the Integrated Center for Risk and Disaster Management – CIGERD and deals with the challenges present in strengthening an integrated management. Developed through bibliographic consultations, documents, publications, interviews and observations, the work contributes to the perception of the importance of the continuity of work processes and the training of public agents and the community, as crucial tools for the strengthening of management. Although the scenario is challenging, as a consequence of the need to convince the actors involved, human, financial and technological resources, including, due to the fight against the pandemic, the presentation of the theme will contribute to the study of future proposals aimed at solving the identified challenges.

Keywords: CIGERD; Integrated Disaster Risk Management; Civil Defense of Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas décadas, foi possível acompanhar diversos fenômenos que resultaram em desastres no Estado de Santa Catarina, causando danos humanos, patrimoniais e ambientais. Entre os desastres ocorridos, podemos citar a enchente ocorrida em novembro de 2008, por consequência do período e da intensidade das chuvas, atingindo diversas cidades do vale do Itajaí e desencadeando deslizamentos de encostas em áreas habitadas, soterramento de pessoas e isolamento de comunidades, resultando em um grande número de óbitos e desabrigados entre os atingidos (SPAUTZ, 2018).

Diante desse exemplo e dos diversos eventos que podem acarretar um desastre, o poder público deve sempre buscar o desenvolvimento de projetos de prevenção e mitigação para aumentar a segurança contra eventos que possam colocar em risco a população e para que a população saiba como evitar colocar-se em situações de vulnerabilidade.

Durante a resposta a desastres envolvendo uma comunidade, a sinergia entre os órgãos atuantes torna-se fundamental para que a atuação conjunta seja coordenada e bem definida, resultando em organização e otimização dos resultados.

Além de contar com instituições organizadas e cientes de seu papel é imprescindível investir em estrutura, sistemas e tecnologia preventiva, estudos e capacitação.

A implementação do CIGERD vem ao encontro desse contexto, permitindo unir diversas necessidades da gestão integrada, como estrutura física para o desenvolvimento de monitoramento e alerta, estratégias operacionais, logísticas e humanitárias, coordenação de operações e implementação de protocolos de atuação conjunta, além da disponibilização de tecnologia e manutenção de equipes de trabalho.

Entretanto, a gestão integrada de riscos de desastres possui desafios que ao serem percebidos, contribuem para o fortalecimento da respectiva gestão, permitindo o desenvolvimento de trabalhos específicos.

Dessa forma, é objetivo do presente estudo apresentar o CIGERD, sua origem, seu funcionamento e seu potencial no fortalecimento da gestão integrada dos riscos de desastres no estado de SC; compreender os desafios enfrentados na busca do fortalecimento de uma gestão integrada dos riscos de desastres em SC; Bem como demonstrar a importância da capacitação dos agentes vinculados a gestão integrada, dos agentes públicos e da comunidade.

A construção de uma cultura colaborativa baseada na soma de esforços para o bem comum, a atuação para evitar ou minimizar ao máximo os danos colaterais dos desastres, a compreensão do papel do CIGERD como fortalecedor da gestão integrada através da sua estrutura e tecnologias que dispõe e a contribuição para estudos futuros, voltadas para resolução dos desafios identificados, justificam a realização deste trabalho.

A construção do conhecimento sobre o CIGERD e os desafios para o fortalecimento da gestão integrada dos riscos de desastres no estado de SC,

deu-se através de uma abordagem qualitativa e de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e método predominantemente indutivo, realizando-se visitas “*in loco*”, e observando-se a estrutura e seus detalhes, assim como, valendo-se em síntese, de entrevistas aos colaboradores e análise bibliográfica dos protocolos de atuação conjunta para melhor compreensão da influência do CIGERD na gestão integrada dos riscos de desastres no Estado de Santa Catarina. Deu-se continuidade aos estudos, direcionando-os para a compreensão dos desafios impostos a respectiva gestão, utilizando-se também, de entrevistas, e pesquisas acadêmicas e bibliográficas, pesquisas em páginas da *web* e exemplos interativos com o problema.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DO CIGERD E OS DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DE UMA GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS DE DESASTRES EM SANTA CATARINA

O Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD), foi idealizado para o fortalecimento da gestão integrada e materializado através da soma de esforços da Secretaria de Defesa Civil (SDC) em conjunto com as demais Secretarias do Estado envolvidas na tomada de decisões em situações de emergência. A principal missão do CIGERD é, portanto, “promover, facilitar e apoiar os esforços conjuntos dos diversos setores e órgãos governamentais na redução de riscos, visando a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação de desastres no território catarinense” (SANTA CATARINA, 2017a).

Quando pensamos nos desafios para o fortalecimento da gestão integrada dos riscos de desastres em Santa Catarina, faz-se necessário levar em conta o trabalho já realizado, as boas práticas em desenvolvimento e a continuidade dos esforços, para que obtenhamos os melhores resultados, mesmo nos piores cenários.

Portanto, é necessário entendermos individualmente, a importância da implementação do CIGERD para a gestão integrada e os desafios para que a gestão integrada, avance fortalecida.

2.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO CIGERD

O CIGERD, integra o Sistema de Proteção e Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, com relevante papel, dispendo de ferramentas que qualificam e otimizam o processo de trabalho. Ao todo, foram construídos 20 (vinte) centros integrados, sendo o CIGERD de Florianópolis, inaugurado em 18 de maio de 2018, o complexo mais completo, construído para ser utilizado a nível de Estado para o gerenciamento integrado de riscos e desastres, com potencial para abrigar as estruturas centrais de governo (SANTA CATARINA, 2020a).

Os demais Centros Integrados de Gerenciamento de Riscos e desastres regionais foram estrategicamente construídos nas cidades de Araranguá, Blumenau, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Maravilha, Rio

do Sul, São Miguel do Oeste, Taió, Tubarão e Xanxerê, levando-se em conta a localização geográfica, população e recorrência de eventos naturais danosos. (SANTA CATARINA, 2020a).

Figura 1 - Mapa de SC com a distribuição dos centros regionais



Fonte: Santa Catarina (2020) .

O ex-secretário de Defesa Civil¹ do Estado de Santa Catarina, e gestor **integrante da equipe de idealização** do Centro Integrado de Gestão de Riscos e Desastres na época, conta que em primeiro momento, o projeto era construir um centro de monitoramento de alerta, seguindo o Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Riscos de Desastres Naturais na Bacia Hidrográfica do Itajaí – PPRD – Itajaí. Porém, seu formato era um debate constante. O projeto inicial era conceber uma reforma com o reaproveitamento de estruturas existentes, possibilitando a instalação de um centro meteorológico e da sede da Secretaria de Defesa Civil.

Em 2014, novas perspectivas surgiram com a oportunidade de internacionalização das equipes de trabalho, momento em que membros da Secretaria de Defesa Civil realizaram importantes viagens internacionais para participar de conferências e seminários, a fim de conhecer processos de trabalho, realidades e tecnologias empregadas na gestão de riscos e desastres.

O ex-secretário de Defesa Civil², acrescenta que durante a viagem em visita a Agência de Cooperação Internacional Japão (JICA) percebeu-se que o Centro deveria ser uma estrutura a nível de Estado pronta para atuar tanto na normalidade quanto no momento da crise e que não deveria ser ocupado somente pela Secretária de Defesa Civil que possui o papel de ser a interface de ligação entre a normalidade e a anormalidade, propiciar a compreensão dos riscos e de criar os protocolos para atuar durante a crise através da contribuição coletiva, portanto, conjuntamente com os órgãos e secretarias com papéis de destaque na gestão integrada de riscos.

Dadas as circunstâncias, o ex-secretário da SDC³ discorre que foi proposto refazer o projeto redesenhando totalmente a configuração das

1 Entrevista com Rodrigo Moratelli, ex secretário de Defesa Civil, concedida ao autor em 04 dez. 2020.

2 Entrevista com Rodrigo Moratelli, ex secretário de Defesa Civil, concedida ao autor em 04 dez. 2020.

3 Entrevista com Rodrigo Moratelli, ex secretário de Defesa Civil, concedida ao autor em 04 dez. 2020.

instalações. O projeto contou com a influência das maiores referências em gestão de crises e desastres do mundo, como a Japan International Cooperation Agency – JICA (JAPÃO), o antigo Centro de Recuperação de Desastres da Federal Emergency Management Agency – FEMA (EUA), hoje, Centro de Apoio de Empréstimos de Desastres – DLOC, assim como centros na Alemanha, Espanha, Portugal e no Brasil, ganhando destaque nos detalhes e pluralidade dos recursos disponíveis para o gerenciamento antes, durante e após a crise, mantendo o foco na realidade e nas necessidades catarinenses.

2.1.1 Estrutura do CIGERD de Florianópolis

O Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres de Florianópolis, foi elaborado minuciosamente, a fim de atender uma série de necessidades. Para tanto, a estrutura conta com um centro integrado de operações – CIOp, auditório, salas de apoio operacional, alojamentos, centro de processamento de dados, centro de atendimento ao público, setor de pesquisa e alerta, salas com estrutura para videoconferência, estúdio de gravação, sala de entrevista coletiva, setor de cartografia, mesa tática, salas de descompressão, além de uma antena de recepção satélite GOES-16, o centro de logística de Florianópolis, um posto de comando móvel e até mesmo um heliponto e as instalações do centro regional de Florianópolis.

Figura 2 - Foto superior do complexo do CIGERD



Fonte: Santa Catarina (2020).

Dentre os recursos, de forma exemplificativa, o Centro Integrado de Operações possui múltiplas estações de trabalho, 03 vídeowalls, telefones, rede de rádio, acesso à internet com disposição de rede wifi dedicada, podendo operar em tempo integral.

A sala de entrevista coletiva conta com detalhes de iluminação, tomadas de energia e de áudio e elevação do piso ao fundo para melhor operação das câmeras de gravação das emissoras de TV.

As salas de videoconferências permitem a utilização dos recursos por diferentes corporações simultaneamente de modo a traçar ações estratégicas e

realizar reuniões otimizando o tempo, sem a necessidade de que todos os envolvidos desloquem para um único local.

O Centro de Florianópolis conta também, com uma série de níveis de acesso que contribuem com a segurança do local.

Figura 3 - Centro integrado de operações



Fonte: Do Autor (2020).

A sala de monitoramento e alerta, conta com profissionais especializados, responsáveis por acompanhar a evolução climática e fluvial em diversas regiões monitoradas do Estado de SC.

O alerta ou aviso, consiste no fornecimento de informações por parte das instituições de monitoramento, com o intuito de avisar a população a respeito de uma ameaça, para que tomem medidas de segurança em tempo hábil, evitando ou reduzindo seus riscos (SANTA CATARINA, 2020b).

Dentre as informações disponíveis, estão os boletins hidrometeorológicos relacionados a previsão do tempo, clima ou sistemas hidrológicos, que visam antecipar a ocorrência de ameaças, como vendavais, inundações, estiagens, entre outros (SANTA CATARINA, 2020b).

Figura 4 - Sala de monitoramento e alerta



Fonte: Santa Catarina (2020).

2.2 OS DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DE UMA GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS DE DESASTRES EM SANTA CATARINA

A principal missão do CIGERD é “promover, facilitar e apoiar os esforços conjuntos dos diversos setores e órgãos governamentais na redução de riscos, visando a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação de desastres no território catarinense” (SANTA CATARINA, 2017a).

Contudo, para que os processos de trabalho sejam satisfatórios, é necessário ações coordenadas e padronizadas, com níveis bem definidos de atuação das agências líderes, assim como dos demais atores e dos gerentes a nível de tomada de decisão.

Para elucidar os desafios para o fortalecimento da gestão integrada, faz-se necessário entender o que são os protocolos de atuação conjunta, os níveis de mobilização, atuação, comando, particularidades da SDC e por fim, apontamentos sobre desafios específicos.

2.2.1 Protocolos de Atuação Conjunta

Os protocolos foram construídos de forma cooperativa entre os órgãos de destaque que atuam na gestão integrada de riscos e desastres em Santa Catarina.

São 14 protocolos em exercício, que abordam as ações de previsão do tempo e clima, monitoramento e alerta, comunicação no gerenciamento do desastre, mobilização para respostas a desastres, socorro, assistência humanitária, restabelecimento, recuperação, solicitação de recursos complementares a união, desenvolvimento e manutenção do sistema integrado de informações, análise de risco, prevenção e mitigação, e comunicação de risco.

Em síntese, cada protocolo apresenta sua finalidade, expondo os órgãos que empregarão esforços para o alcance dos objetivos apresentados em cada protocolo de atuação conjunta. Os protocolos trazem ainda, sua descrição, os compromissos conjuntos e particulares dos órgãos, a operacionalização das atividades, períodos de revisão, legislação, e fonte de recursos.

O protocolo de atuação conjunta para ações de previsão do tempo e clima, estabelece por exemplo, que a Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca, através da Epagri/Ciran, cabe disponibilizar ao CIGERD informações sobre previsão do tempo, fornecer dados relevantes para a produção de informações de previsão e difundir boletins meteorológicos e informações para os órgãos que integram o CIGERD e para a população.

Já a SDC, cabe manter uma estrutura permanente e uma equipe especializada para realizar constantemente, o acompanhamento e os estudos das condições do clima e tempo e dos mares e rios, de garantir a difusão de informações a respeito e estabelecer canais de comunicação com órgãos dos

entes federativos para troca de informações referentes ao termo e clima, e quando houver necessidade, tomar “medidas de proteção adequadas à intensidade de risco identificada” (SANTA CATARINA, 2017a).

Muitas das informações coletadas, operam como mecanismos voltados a inteligência, como por exemplo, refere-se o protocolo de atuação conjunta para ações de monitoramento e alerta, que além de ter o objetivo de estruturar e operacionalizar os trabalhos de monitoramento, também orienta que as informações coletadas e interpretadas, “devem servir de inteligência para direcionar os esforços empregados no monitoramento e na comunicação das situações de risco identificadas” (SANTA CATARINA, 2017b).

A disponibilização de informações úteis e confiáveis permite, portanto, a execução de medidas de proteção, tais como a evacuação de comunidades em áreas de risco e a preparação para as ações de resposta.

Percebe-se que os protocolos contribuem significativamente para que as ações sejam coordenadas e cooperativas. Alguns dos protocolos apresentam uma gama significativa de compromissos individuais e particulares dos órgãos envolvidos, como é o caso do protocolo de atuação conjunta para ações de comunicação no gerenciamento de desastres que tem como finalidade “Estruturar os fluxos de comunicação entre indivíduos, grupos e instituições no âmbito do CIGERD, padronizando as atividades do processo de comunicação durante o gerenciamento de desastres em Santa Catarina.” e conta com o envolvimento integrado da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR), da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Informações de Recursos Ambientais e Hidrometeorologia de Santa Catarina (Epagri/Ciram), da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), da Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM), da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC), da Secretaria de Estado da Educação (SED), da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE), do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), da Secretaria de Estado da Saúde (SES), da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), do Instituto Geral de Perícia (IGP), da Polícia Civil (PC), da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) (SANTA CATARINA, 2017c).

Dentro da Seara da Gestão Integrada dos Riscos e Desastres em Santa Catarina, alguns protocolos ganham destaque por apresentarem uma operacionalização mais abrangente e criteriosa, no que diz respeito à relevância das ocorrências registradas, como no caso do protocolo de atuação conjunta para mobilização para respostas a desastres, sendo a Secretária de Defesa Civil – SDC, a responsável pelo “processo de mobilização dos órgãos governamentais” (SANTA CATARINA, 2017d).

A mobilização do CIGERD será estabelecida através da matriz de classe e dano para cada tipologia de desastre, podendo ser classificados entre os níveis 0 (código verde), nível 1 (código amarelo), nível 2 (código laranja) e nível 3 (código vermelho) (SANTA CATARINA, 2017d).

Os níveis de classificação, além de definirem o grau de normalidade ou de anormalidade, considerando desde o monitoramento rotineiro, até o atendimento de emergências de grande repercussão, contam com o gerenciamento escalonado cabendo ao CIGERD o acompanhamento da situação que ao progredir, o comando do CIGERD deverá ser designado a “um representante de governo com status de secretário de estado (Nível 2 – código laranja), ou do Governador conforme a magnitude do evento (Nível 3 – código vermelho) (SANTA CATARINA, 2017d).

Para mobilização dos profissionais, representantes dos diversos órgãos envolvidos e de preferência com conhecimento técnico em relação a metodologia do SCO e poder de decisão em relação aos processos de trabalho, o protocolo de atuação conjunta para mobilização para resposta a desastres, estabelece que também será utilizado os critérios anteriores, no que diz respeito a matriz de classe e dano, tipologia de desastre e níveis de atuação e mobilização, pormenorizando as ações quanto aos desastres hidrometeorológicos e geológicos, desastres climatológicos – estiagem e seca, desastres climatológicos – incêndios florestais, desastres biológicos e epidemias, desastres ambientais – contaminação de água, solo ou ar, desastres tecnológicos – incêndios urbanos, desastres tecnológicos – colapso de obras civis e desastres tecnológicos – transporte de passageiros e carga (SANTA CATARINA, 2017d).

A participação de todos os órgãos inseridos nos protocolos é fundamental para uma mobilização eficiente de recursos materiais e humanos. O alinhamento em relação a metodologia do Sistema de Comando de Operações – SCO, “permite que seus usuários adotem uma estrutura organizacional integrada para enfrentar as demandas e as complexidades de um desastre, sem prejuízo de suas competências e limites jurisdicionais” (SANTA CATARINA, 2017d).

Ao conhecer os protocolos, passamos a entender sua importância na gestão integrada e compreender o desafio de mantê-los atualizados, assim como, de que os órgãos envolvidos, mantenham-se participativos em relação ao seu conteúdo durante a normalidade, para que sua aplicação seja intuitiva durante a anormalidade.

2.2.2 Secretaria de Defesa Civil

A SDC é um órgão de articulação e integração e que junto com os demais órgãos, faz com que o CIGERD tenha sentido e promova a segurança e as condições necessárias para as ações de prevenção, mitigação e preparação, assim como para uma resposta rápida, coordenada e eficiente.

Ao consultar a alínea b. dos compromissos conjuntos e particulares do protocolo de atuação conjunta referente às ações de resposta-socorro, observa-se que a SDC atua como órgão de coordenação das ações de resposta, devendo também, apresentar procedimentos operacionais internos, normas e diretrizes de conduta específicas (SANTA CATARINA, 2017e).

A SDC cabe também, verificar as demandas dos municípios afetados por eventos danosos; prover itens e serviços necessários relacionados a assistência humanitária, quando couber; executar, quando couber, sozinha ou em articulação com outros órgãos, serviços e obras com o intuito de restabelecer serviços de cunho essencial ou para reconstrução e reparos em infraestruturas e edificações públicas danificadas; solicitar recursos complementares da união; consolidar relatórios e conceber uma avaliação global das atividades realizadas (SANTA CATARINA, 2017f, 2017g, 2017h).

Os relatórios e a avaliação global das atividades realizadas, são fundamentais para que se possa prestar conta dos recursos empregados e dos resultados alcançados, dando transparência e possibilitando reavaliar os métodos de trabalho envolvendo a crise.

A SDC compõe o CIGERD e está ligada ao gabinete do Governador, sendo responsável pela gestão da política de proteção e defesa do cidadão, sendo fundamental para o processo de aperfeiçoamento das estratégias para o fortalecimento da gestão integrada de riscos de desastres.

2.2.3 Desafios específicos.

O entendimento de que não existe o predomínio da autoridade de um órgão público em especial, pode tornar-se um desafio a ser superado em qualquer processo de gestão integrada. Deseja-se que a gestão integrada seja materializada pelo compartilhamento mútuo de responsabilidades (BRASIL, 2009).

As instalações físicas, apoio financeiro e logístico, requisitos mínimos para assunção do cargo a nível de Secretário em caráter de dedicação exclusiva e por mandato, devido a eventuais pressões políticas, disponibilização de sistemas e tecnologias para integração e articulação dos órgãos, visando contribuir com as ações conjuntas, instituir os temas relacionados à gestão integrada na grade curricular dos cursos de formação das instituições e órgãos inseridos na Gestão Integrada, e garantir o comprometimento de todos os atores com as demandas e deliberações são desafios extraídos dos estudos focados na estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada com foco na Segurança Pública e adaptados aos fins do presente trabalho (BRASIL, 2009).

Um bom relacionamento com a imprensa é um desafio constante. A imprensa tem a importante missão de levar informação aos indivíduos, seja no meio urbano ou rural, através dos diversos segmentos e meios disponíveis.

As autoras Zenatti e Sousa (2010) realçam a exigência de uma atenção especial da mídia, aos casos de ocorrência de desastres. Defendem as autoras, que a imprensa deve zelar pelo cuidado em replicar a notícia com dados precisos e fontes seguras de informação, evitando excessos que possam extrapolar a finalidade informativa e social, ou com caráter diverso dos fins envolvidos.

O CIGERD torna possível uma nova experiência entre a imprensa e os fatos, ao ponto que dispõe de um espaço dinâmico para coletivas e até mesmo

um estúdio em suas dependências. Essa aproximação é um desafio que encontra-se em processo de fortalecimento notável e que beneficia a população com orientações, e informações fidedignas.

O ex-secretário da SDC⁴ acrescenta a necessidade de dar continuidade aos processos de trabalho e reduzir a rotatividade dos colaboradores (turnover), mantendo nas equipes de trabalho os profissionais com amplo conhecimento na área e que apresentem bons resultados; fortalecer a integração de pensamentos e a compreensão de que cada secretaria do governo está inserida na concepção e nos objetivos do CIGERD; e manter uma articulação harmoniosa entre os diversos níveis do governo e as esferas dos poderes públicos, figuram todos como desafios a gestão integrada do risco de desastres em SC.

Outro aspecto importante é o incentivo à adesão dos órgãos aos simulados e treinamentos periódicos, preparação de agentes públicos e o desenvolvimento de cultura prevencionista nas comunidades, através da capacitação de agentes e da comunidade.

Na visão do também Ex-secretário da Defesa Civil⁵, ampliar o conhecimento sobre aspectos relacionados à gestão de riscos de desastres, como importância, necessidades e responsabilidades, assim como, focar em capacitação dos mais variados públicos, de forma a explorar as mais variadas ferramentas digitais possíveis, são desafios importantes para o fortalecimento de uma gestão integrada dos riscos de desastres. Conclui que "Profissionais e gestores sem o conhecimento da matéria acarretam em perda de foco e capacidade de integração entre órgãos e setores".

Vale ressaltar que a Defesa Civil de SC já possui projetos como educação continuada que além de incentivar um aprendizado dinâmico, possui foco na exploração do conhecimento através de reuniões, instruções, troca de experiências, seminários, capacitações, instruções, etc.

Para capacitação de agentes públicos, além dos cursos oferecidos pela SEDEC, incentivar os servidores municipais a participarem de cursos oferecidos pela DC e pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, assim como, o estabelecimento de um plano de capacitação frequente, podem ampliar o conhecimento dos agentes públicos e formar equipe ainda maiores de agentes de defesa civil.

Seguindo o entendimento de que é necessário capacitar os entes e agentes envolvidos na gestão integrada do riscos de desastres e manter a continuidade dos processos de trabalho, evitando a rotatividade meramente política ou desmotivada dos colaboradores, comprometendo-se os gestores em manter a qualidade técnica dos profissionais que atuam na área, nos deparamos com outro desafio, qual seja, as adversidades apresentadas no enfrentamento a pandemia causada pelo patógeno do coronavírus.

Apoiando-se nisto, percebe-se que as demandas relacionadas a gestão integrada, em tese, exigirão cada vez mais o uso plataformas de web

4 Entrevista com Rodrigo Moratelli, ex secretário de Defesa Civil, concedida ao autor em 04 dez. 2020.

5 Entrevista com Aldo Baptista Neto, ex secretário de Defesa Civil, concedida ao autor em 25 nov. 2020.

conferência e do ensino a distância para possibilitar que a capacitação e os objetivos sejam alcançados.

3 CONCLUSÃO

A melhoria organizacional parte de constantes esforços. Como exposto no decorrer deste artigo, observa-se que não há como alcançar resultados satisfatórios em relação à prevenção e mitigação de riscos de desastres, sem o empenho do Estado e dos agentes envolvidos, além da participação da comunidade.

O presente trabalho partiu do pressuposto de que é necessário buscar novos instrumentos para ampliar a organização e otimizar a inteligência estratégica para alcançarmos melhores resultados. E o resultado neste caso, está atrelado à proteção à vida, ao patrimônio e ao meio ambiente. Portanto, deseja-se que a colaboração entre os entes federativos possa resultar em novos investimentos em tecnologia, capacitação e implementação de centros integrados para gerenciamento de riscos de desastres, como o exemplo do CIGERD de SC.

O CIGERD entra no coração do Estado, como uma ferramenta importante para dirimir questões cruciais para o desenvolvimento regional, assim como para ampliar a participação dos poderes na construção dialogada de estratégias para o gerenciamento integrado, não só na anormalidade, mas também no processo de percepção e implementação de medidas importantes em tempo de normalidade.

Isso traz um grande leque de oportunidades para que possa ser entregue um trabalho de excelência a comunidade, seja no monitoramento e alerta, na preparação e atuação célere dos órgãos, na produção de conteúdo informativo através de programas educativos e da mídia, no acompanhamento de demandas e fomento de necessidades humanitárias ou na capacitação de agentes e da comunidade.

Este artigo demonstra alguns dos desafios para o fortalecimento da Gestão Integrada dos Riscos de Desastres. Dentre os desafios apresentados, destaca-se a manutenção das equipes de trabalho que estejam alcançando bons resultados e a ferramenta da capacitação. Comunidades preparadas e conscientes dos riscos e de situações de vulnerabilidade contribuem para a sua prevenção e mitigação. Além disso, Agentes preparados, fortalecem a comunidade como um todo.

Portanto, é necessário fortalecer as lideranças, sejam comunitárias ou governamentais e fomentar programas de capacitação para o desenvolvimento do senso de análise e percepção de riscos, ampliando o número de pessoas com conhecimento mínimo para gerenciar situações de estresse e capazes de prestar algum tipo de assistência, mesmo que exclusivamente humanitária.

Porém, a tarefa de capacitar os atores da gestão integrada do risco de desastres, tornou-se, evidentemente, ainda mais desafiadora frente à pandemia. Será necessário, portanto, investimentos robustos na área da tecnologia para possibilitar a continuidade do avanço que o Estado de Santa

Catarina vem alcançando em prol do fortalecimento da respectiva gestão.

Dessa forma, não pretendeu-se abordar os desafios da gestão integrada dos riscos de desastres de forma exaustiva, mas contribuir para o estudo de futuras propostas voltadas para resolução dos desafios ora apresentados, evitando ou minimizando os efeitos colaterais de uma crise no futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça: **Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública**. Brasília, SENASP. 2009.

NUNES, Tiago Javurek. **Centro integrado de operações**. Florianópolis, 2020.

SANTA CATARINA. Defesa Civil. **CIGERD Florianópolis será inaugurado**. 2020. Disponível em: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/noticias/cigerd-florianopolis-sera-inaugurado/>. Acesso em: 05 dez. 2020a.

SANTA CATARINA. Defesa Civil. **Educação Continuada**. 2021. Disponível em: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/educacao/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SANTA CATARINA. Defesa Civil. **Monitoramento e Alerta: o que é**. 2020. Disponível em: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/monitoramento-e-alerta-o-que-e/>. Acesso em: 05 dez. 2020b.

SANTA CATARINA. **Protocolo de Atuação Conjunta para Ações de Previsão do Tempo e Clima**. Florianópolis, 2017a. Documento não publicado.

SANTA CATARINA. **Protocolo de Atuação Conjunta para Ações de Monitoramento e Alerta**. Florianópolis, 2017b. Documento não publicado.

SANTA CATARINA. **Protocolo de Atuação Conjunta para Ações de Comunicação no Gerenciamento de Desastres**. Florianópolis, 2017c. Documento não publicado.

SANTA CATARINA. **Protocolo de Atuação Conjunta para Mobilização para Resposta a Desastres**. Florianópolis, 2017d. Documento não publicado.

SANTA CATARINA. **Protocolo de Atuação Conjunta para Ações de Resposta – Socorro**: Florianópolis, 2017e. Documento não publicado.

SANTA CATARINA. **Protocolo de Atuação Conjunta para Ações de Resposta – Assistência Humanitária**: Florianópolis, 2017f. Documento não

publicado.

SANTA CATARINA. **Protocolo de Atuação Conjunta para Ações de Resposta – Restabelecimento:** Florianópolis, 2017g. Documento não publicado.

SANTA CATARINA. **Protocolo de Atuação Conjunta para Ações Recuperação:** Florianópolis, 2017h. Documento não publicado.

SANTA CATARINA. Defesa Civil. **Mapa de SC com a distribuição dos centros regionais.** Florianópolis, 2020.

SANTA CATARINA. Defesa Civil. **Foto superior do complexo do CIGERD.** Florianópolis, 2020.

SANTA CATARINA. Defesa Civil. **Sala de monitoramento e alerta.** Florianópolis, 2020.

SPAUTZ, Dagmara. Tragédia de 2008: Itajaí teve 85% do território submerso: mais de 40 mil pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas por alagamentos ou deslizamentos de terra, em todos os bairros da cidade. **NSC Total**, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/tragedia-de-2008-itajai-teve-85-do-territorio-submerso>. Acesso em: 27 dez. 2020.

ZENATTI; SOUSA. **Comunicação em Desastres:** a atuação da imprensa e o papel da assessoria governamental. Florianópolis: CEPED/|UFSC/DEDC/SC, 2010.